

ARTIGO

A EVOLUÇÃO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL: FORTALECIMENTO DA AGENDA TERRITORIAL E OS DESDOBRAMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Giovanni Damião

Salvador, Bahia, Brasil
Junho de 2018.

A EVOLUÇÃO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL: FORTALECIMENTO DA AGENDA TERRITORIAL E OS DESDOBRAMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Giovanni Damião¹

PRÓLOGO

Em 2017 o Programa Semear Internacional² e o curso e Relações Internacionais do Centro Universitário Jorge Amado estabeleceram uma parceria para o desenvolvimento de ações de gestão de conhecimento conjuntas, com foco na Cooperação Sul-Sul. A primeira aproximação se concretizou com a participação de um estudante do curso no primeiro Intercâmbio de Experiências entre Brasil e Moçambique, no final desse mesmo ano, com visitas de campo no Piauí e na Bahia. O presente artigo, portanto, é resultado da vivência do autor durante uma semana com técnicos de governo vinculados ao desenvolvimento rural, especialistas de organizações internacionais, agricultores e produtores rurais do semiárido brasileiro. A parceria entre o Programa Semear Internacional e a UNIJORGE visa, assim, oportunizar vivências concretas das relações internacionais aos estudantes, e, também, produzir conteúdos acadêmicos e de gestão do conhecimento ao programa, contribuindo para a disseminação do conhecimento em larga escala, com especial enfoque às regiões da América Latina, Caribe e África.

O conteúdo deste artigo é de inteira responsabilidade do autor, não refletindo, necessariamente, a opinião das instituições envolvidas. A reprodução deste artigo, na íntegra ou em parte, é permitida, desde que citada a fonte.

¹ Giovanni Damião, estudante do oitavo semestre do ensino superior do curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário Jorge Amado, Salvador, Bahia. Atual coordenador docente do NURI (Núcleo de Práticas e Extensão em Relações Internacionais) da referida universidade. Email: giovanni.damico@outlook.com

² O Programa Semear Internacional é um projeto resultante de uma doação do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), executado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). É um programa de gestão do conhecimento em zonas semiáridas do Nordeste do Brasil, cujo objetivo é facilitar o acesso a saberes, inovações e boas práticas que possam ser adotados e replicados pela população rural para melhorar suas condições de vida e promover o desenvolvimento sustentável e equitativo da região.

RESUMO

Desde a Conferência de Bandung, os países do Sul se organizam de forma estruturada para alcançar melhores níveis de desenvolvimento. O presente artigo busca apresentar a evolução e as recentes tendências da Cooperação Sul-Sul, apresentando como as dinâmicas históricas conduziram a Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências a adotarem uma abordagem territorial, com um forte apelo de mobilização dos atores locais. Aliado a isso, apontar o aumento da autonomia dos atores, que conseguem cada vez mais dialogar e conduzir iniciativas de cooperação fora da esfera formal do governo central. Este artigo visa, também, apresentar o desenvolvimento rural, a agricultura e segurança alimentar como fatores essenciais ao desenvolvimento, que desde 1978, com o BAPA (Buenos Aires Plan of Action), é uma das principais linhas temáticas trabalhadas quando se trata da agenda de desenvolvimento do sul. Junto a isso, os desafios apresentados frente à priorização das dinâmicas de mercado ante o desenvolvimento social, e como algumas das agências multilaterais têm trabalhado no sentido de promover a facilitação da cooperação sul-sul e empoderamento das minorias, no alcance da governança como estratégia de desenvolvimento endógeno e localizado. O texto foi construído a partir de pesquisa documental, principalmente com resoluções das Nações Unidas, e bibliográfica com textos presentes em livros de história das relações internacionais e artigos de Cooperação Sul-Sul.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul, desenvolvimento, território, rural.

ABSTRACT

Since the Bandung Conference in 1955, the countries of the South have organized themselves in a structured way to achieve better levels of development. This article aims to present the evolution and recent trends of South-South Cooperation, showing how the historical dynamics have led the United Nations and its agencies to adopt a territorial approach, with a strong appeal to mobilize local actors. Allied to this, the increase of the independence of the actors that, with autonomy, manage to dialogue and conduct initiatives of cooperation outside the formal sphere of the central government. This article also aims to present rural development, agriculture and food security as essential factors for the development that since 1978, with BAPA (Buenos Aires Plan of Action), is one of the main thematic lines presented when it comes to the development of the

southern agenda. Alongside this, the challenges presented by the prioritization of market dynamics in the face of social development, and how some of the multilateral agencies have worked to promote the facilitation of South-South cooperation and empowerment of minorities, in the achievement of governance as a strategy for endogenous and localized development. The text was written from documental, derived of United nation's resolutions, and bibliographic research with books of international relation's history and South-South Cooperation articles.

Key words: South-South Cooperation, development, territory, rural.

INTRODUÇÃO

Desde a Conferência de Bandung³ (1955), o terceiro mundismo se coloca como uma categoria política importante, e nesse sentido a cooperação internacional ganha novos recortes. Da Guerra Fria à hegemonia norte-americana, os padrões de Cooperação Internacional variaram, partindo inicialmente de uma esfera Norte-Sul para um aumento gradual da autonomia dos países em desenvolvimento (Sul-Sul) na condução das suas próprias agenda de cooperação. Porém, com ascensão do Neoliberalismo, mudanças provocaram nos países em desenvolvimento um processo gradual de adaptação de suas estruturas institucionais aos novos arcabouços políticos e econômicos que surgiram com a intensificação dos movimentos globalizantes e demandas no mercado. Nesse contexto, os padrões de cooperação se alteraram, e a proposta de compartilhamento e experiências é vista pelos países em desenvolvimento e organizações internacionais como uma tendência para reversão dos ciclos históricos de estagnação do crescimento socioeconômico.

A partir de 1978 com o Plano de Ação de Buenos Aires (BAPA), o conceito de Cooperação Técnica Sul-Sul, ou Technical Cooperation among Developing Countries, no período, torna-se variável importante para a criação das políticas de desenvolvimento. As Nações Unidas, a partir do BAPA, inicia na sua trajetória uma exploração sobre o vasto terreno da cooperação Sul-Sul, e

³ rimeira conferência ocorrida no âmbito das Nações Unidas, na cidade de Bandung (Indonésia) que foi conduzida e pensada e pelos países em desenvolvimento, até então conhecidos como Países de terceiro mundo que buscavam avançar suas agendas de desenvolvimento em detrimento da necessidade de alinhamento aos EUA ou União Soviética, durante a Guerra Fria.

com o passar dos anos apresenta uma série de documentos e resoluções que buscam amadurecer o sentido da cooperação sul-sul, a torna-la caminho efetivo nos processos de desenvolvimento. Os padrões para este tipo de cooperação variaram bastante, a inserção de atores multilaterais e países desenvolvidos conformaram a chamada cooperação triangular, ou trilateral, e os processos de localização do desenvolvimento deram margem para a criação de projetos territorialmente construídos, com um alto nível de participação dos atores locais e minorias⁴, com destaque para o papel da mulher que ainda enfrenta desafio histórico para participar plenamente do processo integrado de desenvolvimento.

Cabe, nesse contexto, destacar o papel da agricultura e do desenvolvimento das comunidades rurais como temática recorrente na cooperação sul-sul e triangular. Desde o BAPA considerar estes fatores é determinante e alguns desafios se apresentam na condução das estratégias de cooperação sul-sul, principalmente com a emergência de Estados como o Brasil, que em sua política externa bastante influente e voltada para o estreitamento de laços com a África, adotou um comportamento ambíguo na condução da cooperação sul-sul. O país adotou os modelos de territorialização e ao mesmo tempo incrementou suas relações com outros países, dando uma atenção preferencial às alianças com Estados africanos. Nesse sentido, atuou de forma dúbia tanto nas frentes do desenvolvimento social como no fomento do agrobusiness para transnacionalização das empresas nacionais, o que, por conseguinte, não gerou os efeitos esperados no que tange ao desenvolvimento de capacidade e criação de estruturas que facilitassem a consolidação da governança. Contudo, o processo de desenvolvimento das políticas do Sul, também pressupôs a intensificação da autonomia dos atores subnacionais, o que, em linhas gerais concedeu maior liberdade para a existência de diálogo entre os atores e a possibilidade de facilitação desse processo nas vias das agências multilaterais, como o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA,) que oferece exemplos claros de abertura de canais de diálogo para disseminação e consolidação das boas práticas.

⁴ A inserção de atores locais deriva-se da criação de políticas territoriais que visavam facilitar a gestão das iniciativas de desenvolvimento. Dessa forma estes atores subnacionais e da sociedade civil passaram a ser incluídos nas dinâmicas de gestão dos territórios, a exemplo da política brasileira de 2009, territórios da cidadania.

2. DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento da agenda do Sul foi um processo que ganhou grandes contornos na segunda metade do século XX. As primeiras formas de cooperação internacional para o desenvolvimento foram derivadas do pós Segunda Guerra Mundial, respectivamente com o Plano Marshall e Colombo (SARAIVA, 2007). Iniciativas essas de cunho altamente político, que em um contexto de intensificação da polarização Leste-Oeste, contribuíram para a consolidação da agenda de cooperação internacional pelas vias das organizações internacionais, no período, com a criação da OECE (Organização Econômica para a Cooperação Europeia) no final dos anos 40, e sua posterior evolução para a OECD (Organização Econômica para a Cooperação e Desenvolvimento) no início dos anos 60.

A partir de 1955, com a Conferência de Bandung, o Sul apresenta-se ao mundo como uma categoria política muito bem definida. A ascensão da Guerra Fria, e a bipolaridade do sistema eram fatores que convergiram todas as unidades políticas a um alinhamento, fosse ele aos Estados Unidos ou União Soviética. E essa reunião apresentou ao mundo uma grande novidade: a percepção de que a condição subalterna em que muitos Estados se encontravam, fazia com que eles não pudessem, sozinhos, tomar decisões acerca do seu próprio desenvolvimento. Tal ideia era derivada da própria estrutura político-econômica do sistema, que naturalmente minava as possibilidades de ação, caso estas não fossem feitas sob o "guarda-chuva" de uma das potências (SARAIVA, 2007). Daí surge o que ficou conhecido como movimento dos não alinhados, e o marco da expressão terceiro mundismo. Nesse contexto, o Sul político desenvolvia uma consciência conjunta do seu lugar no sistema, das grandes discrepâncias entre os países que lhe integravam, mas sobretudo, as similaridades derivadas das histórias fragmentadas pela política (processos de colonização, guerras, genocídios, etc.), os baixos níveis de desenvolvimento humano, e altos esforços sem grandes resultados. Assim, o encontro em Bandung, em um ambiente de Guerra-Fria, apresenta a importância da cooperação entre os Estados do sul como elemento de fortalecimento e direcionamento da tomada de decisão nos núcleos que sofrem com as problemáticas, para que conjuntamente, através do apoio e suporte mútuo pudessem resolvê-las.

Apesar de Bandung ter tido um papel importante no desenvolvimento de consciência

política pelos países do Terceiro Mundo, o marco inicial da Cooperação Sul-Sul nasce no âmbito das Nações Unidas já na década de 70. Bandung havia despertado a consciência sobre o papel dos países da periferia política, e apresentado condições possíveis para o estabelecimento de uma cooperação fundada nas bases da cultura e dos laços de afinidade para gerar efeitos econômicos e sociais positivos. Porém, a Conferência que apresentou estruturalmente a Cooperação Sul-Sul como ferramenta importante e necessária partiu da iniciativa UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development. A Conferência de Buenos Aires, em 1978 foi a primeira reunião a tratar do assunto, e teve como principal produto o BAPA (Buenos Aires Plan of Action), documento final que tratava a ideia de Cooperação Sul-Sul como Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, ou, em inglês, TCDC (Technical Cooperation among Developing Countries). Nesse contexto, os principais propósitos dessa forma de cooperação seriam alcançados:

O desenvolvimento da agenda do Sul foi um processo que ganhou grandes contornos na segunda metade do século XX. As primeiras formas de cooperação internacional para o desenvolvimento foram derivadas do pós Segunda Guerra Mundial, respectivamente com o Plano Marshall e Colombo (SARAIVA, 2007). Iniciativas essas de cunho altamente político, que em um contexto de intensificação da polarização Leste-Oeste, contribuíram para a consolidação da agenda de cooperação internacional pelas vias das organizações internacionais, no período, com a criação da OECE (Organização Econômica para a Cooperação Europeia) no final dos anos 40, e sua posterior evolução para a OECD (Organização Econômica para a Cooperação e Desenvolvimento) no início dos anos 60.

⁵ Some regions in the developing world, such as Latin America and the Caribbean, have developed expertise in dealing with the financial and economic programmes of the International Monetary Fund (IMF) and the World Bank and have also managed the transition from a government-led development effort to an increased reliance on the private sector in the context of a free market economy. Consequently, they are in an ideal position to provide assistance to the CIS countries on the basis of innovative TCDC arrangements.

O Neoliberalismo, instituído internacionalmente como política macroeconômica em 1989 durante o consenso de Washington, tinha como intenção promover o crescimento econômico e a reversão dos altos índices de endividamento, déficit e instabilidade econômica dos Estados (AYERBE, 2002). A curto prazo esse modelo logrou equilibrar a balança de pagamentos de muitos países, mas não gerou efeitos materiais em termos de desenvolvimento social. Ao contrário, a década de 90 caracterizou-se pelo aumento do subdesenvolvimento para os países do sul. Na África, alguns Estados ainda passavam por lutas pela independência e guerras civis, como foi o caso de Ruanda (como o ápice do genocídio em 1994) e Angola (com extensão da Guerra Civil até 2002), ambos com ostensivos conflitos armados que inibiam qualquer tipo de ação dirigida para garantia da proteção às necessidades básicas da população. A América Latina, sofria as consequências da adoção maciça da cartilha do neoliberalismo. Segundo Brieger (apud. BOLTVINIK, 2002), entre 1994 e 1996 o México aumentou consideravelmente a porcentagem de pobres extremos de 40% a 55% da população, sendo que em 1989 haviam 79 milhões de mexicanos, dos quais 55,9 milhões eram pobres; em 1999 a população tinha cerca de 100 milhões de pessoas, dos quais 73 milhões eram pobres (BRIEGER apud. BOLTVINIK, 2002). O caso do México exemplifica muito bem um padrão que se repetiu na América Latina como um todo, e que foi determinante para repensar a sustentabilidade dos ganhos econômicos em desassociação com desenvolvimento, e seus respectivos impactos na sociedade.

As novas diretrizes da TDCD, propostas pelo documento de 1995, não tiveram o efeito esperado. O sentido de autonomia e empoderamento da sociedade foi relegado a segundo plano em relação à facilitação da ação do mercado. Nos anos 90, muitas das iniciativas de integração regional no Terceiro Mundo - MERCOSUL, ASEAN, etc. - buscavam promover a associação dos Estados para fortalecer o mercado intrarregional e prepará-lo para dialogar com as dinâmicas ostensivas do comércio internacional, modelo conhecido como regionalismo aberto (SOUZA SILVA; COSTA, 2013).

As principais diferenças entre o “Norte” e o “Sul” estão sustentadas pela lógica da Divisão Internacional do Trabalho, que determina, sob a ótica dos estados do Norte, o eixo sul como produtor de insumos primários, dotados de um baixíssimo valor agregado, a exemplo das commodities agrícolas, e mão de obra extremamente barata, sempre refém das oscilações do

mercado e da deterioração dos termos de troca. Essas ideias já faziam parte dos estudos da CEPAL - Comissão Especial para América Latina e Caribe - desde os anos 50, e foram pressupostos básicos que deram força aos processos de regionalismo e regionalização que se intensificaram a partir da segunda metade do século XX na região. Porém, essa condição subalterna e dependente não apresentava perspectiva de alterações significativas na virada para o século XXI. Os padrões produtivos se repetiram e os países em desenvolvimento continuaram a ter suas economias sustentadas sobre as matrizes agrícolas e extrativistas.

Em 2001, o Comitê de Alto Nível das Nações Unidas para assuntos de TCDC apresenta no seu relatório tópicos importantes sobre o histórico e as perspectivas de desenvolvimento do Sul. O advento do século XXI traz consigo novas tendências e tratativas acerca da cooperação sul-sul, até então ainda conhecida como Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (TCDC). O novo século se caracteriza pela utilização de uma estratégia conhecida como multi-stakeholder, que prevê a integração dos mais variados atores de todos os setores para atuarem conjuntamente na busca do desenvolvimento. Não mais uma política dirigida pelo Estado, como fora até meados dos anos 70, nem ações deliberadas pelo mercado. Apesar da elevação exponencial nos níveis de liberalização econômica, a década de 90 também foi um período determinante para a ascensão das ONGs (LINDGREN, 2001) que junto aos demais atores iniciaram processos de mobilização conjunta para atuar no desenvolvimento do sul. O relatório também deu destaque à erradicação da fome e da miséria, amparada igualmente pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e pelo BAPA desde 1978. Essa temática ganha maiores recortes relevância no período, e as agências das Nações Unidas responsáveis pela alimentação e segurança alimentar passam a fortalecer suas estruturas institucionais de cooperação Sul-Sul.

Em 2003 é lançado o documento que ficou conhecido como Revised Guidelines for the Review of Policies and Procedures Concerning Technical Cooperation Among Developing Countries, que tratou de especificar as prioridades e desdobramentos das TCDC para as Nações Unidas e suas agências. Destacou-se a necessidade de observar os problemas em comum vivenciados pelos países subdesenvolvidos, abrindo o espaço de atuação das as ONGs e empresas do setor privado para atuarem junto com as agências no âmbito dos projetos em Cooperação Sul-Sul. No que tange à alimentação e todas as cadeias a ela relacionadas, a FAO - Food and Agriculture Organization - ganha um espaço destacado:

Para a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o TCDC é uma ferramenta central na prestação de serviços aos Estados membros. A estrutura descentralizada da FAO reforça e facilita a permeação da TCDC em praticamente todas as esferas das atividades da organização. O uso de especialistas em TCDC, consultas interpaises, treinamentos e visitas de estudo, oficinas regionais e sub-regionais, apoio a organizações regionais, promoção de redes de cooperação técnica e disseminação de informações sobre inovações e melhores práticas são alguns dos meios diretos empregados pela organização (ONU, 2003, tradução nossa)⁶.

O documento de 2003 também apresenta outra tendência derivada do processo da autonomização do Sul sobre seu desenvolvimento. A cooperação triangular, ainda no âmbito do TCDC trata de inserir as agências especializadas, bancos regionais e agências bilaterais de fomento no rol de atores da dita cooperação entre países em desenvolvimento. Essa triangulação busca, segundo o relatório do FIDA (2016) sobre a Cooperação Sul-Sul e Triangular, facilitar o desenvolvimento através do apoio às iniciativas empreendidas pelos entes Estatais, seja esse apoio para a criação e/ou fortalecimento de capacidades (treinamentos, capacitação, etc.), o financiamento do desenvolvimento para aquisição de bens de capital tangíveis e intangíveis, ou ambos, que serão utilizadas de acordo com o nível de necessidade, extensão e grau das problemáticas identificadas pelos atores nacionais. Segundo o documento de 2003 (Revised Guidelines), os países desenvolvidos deveriam dar suporte à cooperação triangular, e esse incentivo e percepção não pode ser puramente entendido como altruísmo e boa-vontade. Sinais claros demonstraram que as economias emergentes, principalmente a partir de 2003, começaram a participar mais ativamente da economia global, assim, para essas organizações, o fato dos Estados emergentes não integrarem um diálogo direto e igual com o norte, nas iniciativas de desenvolvimento, haveria a possibilidade de se gerar um desequilíbrio político frente à redução das barreiras econômicas. Além disso, o destaque e desenvolvimento que alguns países estavam apresentados, como foi o caso dos Tigres Asiáticos, poderiam inevitavelmente balancear os padrões de poder em direção ao sul. Ciente disso, o Brasil insere na sua pauta política dois elementos de fundamental importância quando se trata de desenvolvimento, o

⁶ For the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), TCDC is a central tool in the delivery of its services to member States. The decentralized structure of FAO reinforces and facilitates the permeation of TCDC in practically all spheres of the organization's activities. The use of TCDC experts, intercountry consultations, training and study tours, regional and subregional workshops, support to regional organizations, promotion of technical cooperation networks and the dissemination of information on innovative and best practices are some of the direct

primeiro deles reside no planejamento territorial, e o segundo no fomento às suas relações internacionais.

A partir de 2003 o Brasil entra em uma nova fase do seu desenvolvimento. O governo brasileiro percebe a necessidade de investir em programas sociais (SENRA, 2009), e o Governo Lula teve um grande destaque no avanço dessas políticas, que se apresentavam nitidamente no seu Plano Plurianual (2004-2007), a partir da concepção de que "o mercado não pode ser o único determinante do ordenamento territorial, porque promove concentração econômica e, dessa forma, acirra as desigualdades sociais" (BRASIL, 2004-2007). Nesse âmbito, é possível traçar um paralelo entre a evolução da cooperação sul-sul e o amadurecimento do Estado Brasileiro nas suas políticas de desenvolvimento regional, que na virada do pós neoliberalismo (década de 90) e surgimento do neodesenvolvimentismo (a partir de 2003), adota uma reestruturação do pensamento acerca do desenvolvimento, reavaliando as consequências do modelo estadocêntrico, dos anos 50 e 70, no processo decisório. A forte ação do Estado até a década de 70 em grande medida gerou, com base na Teoria dos Pólos de Desenvolvimento (PERROUX apud. SENRA, 2009), ilhas isoladas de desenvolvimento no país, sem provocar as externalidades para frente e para trás como propunha Hirschman (apud. SENRA 2009). Ao mesmo tempo que, como já exposto anteriormente, o neoliberalismo não apresentou soluções efetivas para a reversão dos baixos níveis nos indicadores sociais. Ao cancelar tal agenda com ápice nos governos Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, ao invés de promover os reajustes necessários para recuperar a economia:

[No] Brasil a situação oposta tem sido observada, a taxa de investimentos tem declinado de uma média de 22,2% do PIB na década de 80 para 19,5 % em 90 e 18,8% entre 2000 e 2003. Sob a política neoliberal, o PIB brasileiro tem crescido a taxas abaixo daquelas observadas em outros países (MIRANDA; MOREIRA. et. al., 2005).

Assim, dentre as estratégias adotadas no novo período político sobre o pensar acerca do desenvolvimento do sul, surgem as chamadas políticas territoriais. Nesse contexto, a percepção de desenvolvimento a nível brasileiro caminha em alinhamento com as especificidades locais. Nasce em 2003 o programa Territórios Rurais e, em 2008, Territórios da Cidadania, ambos sob iniciativa do Governo Federal através do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), que buscavam categorizar de outras formas a estrutura regional dos estados federados e municípios, principalmente para descentralizar o excesso de concentração nas principais capitais brasileiras,

e interiorizar o desenvolvimento de forma capilarizada e efetiva. Para o alcance de tal proposta, o pensar sobre os territórios rurais e a questão da agricultura se fazem fundamentais, ainda mais para consolidar as políticas em desenvolvimento rural, especificamente no âmbito da agricultura familiar. Segundo a cartilha do programa (2009):

Os Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia. O Território é formado por um conjunto de municípios com mesma característica econômica e ambiental, identidade e coesão social, cultural e geográfica. Maiores que o município e menores que o estado, os Territórios demonstram, de forma mais nítida, a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade. Isso facilita o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento dessas regiões (BRASIL, 2009).

Nota-se para além disso, que tais programas visam fomentar o desenvolvimento das estratégias de governança local, a partir da inserção dos atores territoriais, dos mais diversos setores, no processo de construção e estruturação da territorialidade. Assim, dentro do projeto cria-se a estrutura política composta pelos governos locais e sociedade civil no chamado Colegiado Territorial, o qual: "define o plano de desenvolvimento do Território, identifica necessidades, pactua a agenda de ações, promove a integração de esforços, discute alternativas para o desenvolvimento do Território e exerce o controle social do Programa" (BRASIL, 2009).

Não só o Brasil adotou esta tipologia de territorialidade para fomentar o desenvolvimento. O livro *Beyond the City: the rural contribution to development* (2004), atesta a adoção do enfoque territorial na América Latina. Segundo dados da publicação, o spatial approach, nome dado pelo Banco Mundial a essa iniciativa, está presente nas maiores economias da região, entre elas: México, Brasil, Chile e Colômbia (Banco Mundial, p. 119, 2004). E também, no rol de estratégias de inserção algumas das Rome-based agencies (FIDA, FAO e o World Food Programme) das Nações Unidas, a exemplo do Plano de Soberania Segurança Alimentar e Nutricional do Paraguai, que utiliza o Enfoque Territorial Participativo como estratégia de fomento e localização do desenvolvimento, articulando os atores locais (públicos e privados) no desenvolvimento de novas políticas que necessariamente passam pelo caminho da agricultura. A FAO, através do que chama de DTPN (Desenvolvimento Territorial Participativo e Negociado) apresenta, em linhas gerais, a principal intenção dos novos modelos de promoção de desenvolvimento social, que é a

ideia governança, com difusão na década de 90, mas, com recortes mais precisos e efetivos no século XXI:

A governança põe em jogo um conjunto complexo de atores e instituições, nem todos pertencentes à esfera do governo; traduz uma interdependência entre os poderes e instituições associados à ação coletiva. Envolve também redes autônomas de atores baseadas no princípio de que é possível agir sem depender do poder do Estado. Pode-se citar, a respeito, a definição do dicionário crítico do território que sintetiza muito bem outras tentativas de enunciação desse conceito: em seu uso atual, esse termo é anglicismo. Designa uma maneira de enfrentar a questão do governo que não prioriza a arte de governar ou das técnicas de condução de ação, mas sim as relações entre os líderes e os liderados, principalmente a sociedade civil e o Estado (FAO, 2013, tradução nossa).⁷

Assim, aliado à localização do desenvolvimento, principalmente para fortalecimento das áreas rurais, a estratégia de inserção de outros atores nos processos de cooperação para o desenvolvimento com a intenção de promover a governança, pode ser comparada à agenda Multi-stakeholder das Nações Unidas. Não só pela na agregação da sociedade civil no processo decisório, mas, também, decorrente do maior grau de autonomia que as unidades subnacionais (estados e municípios) tiveram nesse contexto, o que lhes permite traçar, de forma independente, estratégias de cooperação junto a agências multilaterais e bilaterais, além de um canal aberto para fomento à paradiplomacia e o diálogo entre cidades. O Brasil aproveitou em grande medida essa onda de autonomia para avançar seus projetos de desenvolvimento agrícola, principalmente na região Nordeste, que conta com um dos maiores níveis de subdesenvolvimento do país. Em 1991 a renda per capita da região era de R\$ 178,44, contra R\$459,67 no Sudeste, e em relação ao Brasil, a renda nordestina era 92% menor que a média nacional (RIBEIRO; PALES; RODRIGUES, p. 163, 2014). Contudo, de 2000 a 2010 o Nordeste consegue reduzir significativamente seus níveis de subdesenvolvimento, a renda nordestina tornara-se 67% inferior à renda nacional, com um aumento perceptível na distribuição e elevação de renda das

⁷ La gobernanza pone en juego un conjunto complejo de actores y de instituciones, no todos pertenecientes a la esfera del gobierno; traduce una interdependencia entre los poderes y las instituciones asociadas a la acción colectiva. Hace intervenir, además, redes autónomas de actores partiendo del principio que es posible actuar sin tener que depender del poder del Estado. Se puede citar, al respecto, la definición del diccionario crítico del territorio que sintetiza muy bien otras tentativas de enunciación de este concepto: en su utilización actual, este término es un anglicismo. Designa una manera de enfrentar la cuestión del gobierno que no da prioridad al arte de gobernar ni a las técnicas de conducción de la acción, sino a las relaciones entre los dirigentes y los dirigidos, principalmente la sociedad civil y el Estado.

classes D e E, que geraram essa diferença de 25% a mais que os anos anteriores (RIBEIRO; PALES; RODRIGUES, p. 164, 2014). Pode-se notar que as políticas sociais e a concessão de autonomia aos agentes locais foram fatores que conseguiram promover resultados tangíveis. Nesses termos, a cooperação internacional entre as agências especializadas alcança um alto nível de difusão, principalmente nesta região, a partir das reformas estruturais que redefinem o que entende por territorialidade. O Brasil, no que tange ao uso das estratégias de cooperação para o desenvolvimento, se torna pioneiro e apresenta grandes casos de sucesso.

O FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola) possui uma ativa participação no semiárido nordestino e, devido à crescente territorialização das políticas e descentralização da institucionalidade Estatal, consegue dialogar diretamente não só com atores governamentais nas vias do financiamento, mas também com os territórios de identidade (categorias derivada das ideias de localização do desenvolvimento) de acordo com as suas demandas específicas e a necessidade de programas de ação adaptados a cada contexto. No estado do Piauí, o Projeto Viva o Semiárido (PVSA) evidencia claramente a consolidação dessas novas tendências de desenvolvimento e territorialização incorporadas à Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Em 2013, o governo do Estado do Piauí firmou a parceria com a agência internacional de fomento à agricultura com o apoio dos créditos do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura) e concedeu apoio a partir da verificação de projetos e demandas reais que evidenciassem os esforços locais para o alcance de melhoria das unidades produtivas dos produtores agrícolas, cooperativas, associações e entidades legalmente autorizadas.

O projeto se desenvolveu adotando o enfoque territorial, a partir da análise dos territórios do desenvolvimento como núcleos receptores do benefício. A utilização desses territórios como locus de ação, no caso específico do Piauí, se institucionalizou com a Lei Complementar Nº 87, de 22 de agosto de 2007, estabelecendo onze deles. No PVSA, os territórios contemplados são: Vale do Sambito, Vale do Guaribas, Vale Chapada do Itaim, Serra da Capivara e Vale do Canindé. Sendo que, em linhas gerais a idealização desse modelo teve como principal intenção interiorizar o desenvolvimento do país, e fortalecer as zonas rurais (RITTER, 2001). Essa categorização facilita a ação dos agentes internacionais de fomento, que também estabelecem critérios sociais para a destinação dos recursos e aplicabilidade dos projetos. A consideração dos alvos prioritários na

classes D e E, que geraram essa diferença de 25% a mais que os anos anteriores (RIBEIRO; PALES; RODRIGUES, p. 164, 2014). Pode-se notar que as políticas sociais e a concessão de autonomia aos agentes locais foram fatores que conseguiram promover resultados tangíveis. Nesses termos, a cooperação internacional entre as agências especializadas alcança um alto nível de difusão, principalmente nesta região, a partir das reformas estruturais que redefinem o que entende por territorialidade. O Brasil, no que tange ao uso das estratégias de cooperação para o desenvolvimento, se torna pioneiro e apresenta grandes casos de sucesso.

O FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola) possui uma ativa participação no semiárido nordestino e, devido à crescente territorialização das políticas e descentralização da institucionalidade Estatal, consegue dialogar diretamente não só com atores governamentais nas vias do financiamento, mas também com os territórios de identidade (categorias derivada das ideias de localização do desenvolvimento) de acordo com as suas demandas específicas e a necessidade de programas de ação adaptados a cada contexto. No estado do Piauí, o Projeto Viva o Semiárido (PVSA) evidencia claramente a consolidação dessas novas tendências de desenvolvimento e territorialização incorporadas à Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Em 2013, o governo do Estado do Piauí firmou a parceria com a agência internacional de fomento à agricultura com o apoio dos créditos do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura) e concedeu apoio a partir da verificação de projetos e demandas reais que evidenciassem os esforços locais para o alcance de melhoria das unidades produtivas dos produtores agrícolas, cooperativas, associações e entidades legalmente autorizadas.

O projeto se desenvolveu adotando o enfoque territorial, a partir da análise dos territórios do desenvolvimento⁸ como núcleos receptores do benefício. A utilização desses territórios como locus de ação, no caso específico do Piauí, se institucionalizou com a Lei Complementar Nº 87, de 22 de agosto de 2007, estabelecendo onze deles. No PVSA, os territórios contemplados são: Vale do Sambito, Vale do Guaribas, Vale Chapada do Itaim, Serra da Capivara e Vale do Canindé. Sendo que, em linhas gerais a idealização desse modelo teve como principal intenção interiorizar o desenvolvimento do país, e fortalecer as zonas rurais (RITTER, 2001). Essa categorização facilita

⁷ Na Bahia e em outros estados essa divisão territorial é conhecida como territórios de identidade.

a ação dos agentes internacionais de fomento, que também estabelecem critérios sociais para a destinação dos recursos e aplicabilidade dos projetos. A consideração dos alvos prioritários na condução dos financiamentos, pode também utilizar o exemplo do PVSA, apoiado pelo FIDA, que considera como determinante para o alcance do desenvolvimento a ênfase em determinadas comunidades e minorias como núcleo de preferência na eleição dos projetos apoiados pelo governo do estado. De acordo com as características culturais e socioeconômicas locais das minorias que mais sofrem com as problemáticas, o FIDA determina na sua agenda de trabalho algumas das categorias de público beneficiário prioritário, algumas delas contempladas pelo PVSA. São eles os quilombolas e afrodescendentes, que receberam o financiamento de R\$ 153.111,67 no quilombo Tapuio na região de Queimada Nova (Vale do Guaribas); jovens e mulheres de comunidades rurais, muito bem representados pelo financiamento à Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Carnaíbas, com um elevado número de jovens e mulheres que participam da atividade produtiva centrada na pecuária de ovinos, no município de Bela Vista do Piauí (Serra da Capivara). Além dos pequenos produtores e agricultores familiares, que têm como exemplo os produtores de mel e caju, respectivamente da COOMAPI (Cooperativa Mista dos Apicultores da Microrregião de Simplicio Mendes), Casa Apis e COCAJUPI (Central de Cooperativas de Cajucultores do Estado do Piauí) - todas presentes na região do Vale do Canindé - que representam de forma satisfatória exemplos de como modelos alternativos de economia solidária e cooperativismo podem contribuir para a reversão dos índices de subdesenvolvimento. Desta forma, uma das estratégias de inserção do território como fator de facilitação do desenvolvimento decorre da necessidade de engajamento entre os atores:

Uma das principais características desta abordagem é que ela reúne o governo local, o setor privado, as organizações sem fins lucrativos e as comunidades locais, encorajando-os a fazerem melhor uso dos recursos existentes e do potencial da localidade. O Desenvolvimento Econômico e Social Local visa melhorar as condições econômicas locais e, portanto, tem em vista atingir uma melhor qualidade de vida. Esta é uma abordagem “de-baixo-para-cima” que valoriza os atores locais, públicos e privados encarregados do investimento e dos processos associados (MORAIS, apud. Amorim e Lagarde, 2013, p.20).

Segundo Karl Schab, CEO do World Economic Forum, em uma entrevista dada em 2017 ao jornal Milênio, o desenvolvimento econômico não pode ser alcançado sem o desenvolvimento social. Desse modo, as estratégias de inserção das minorias ganham mais força para promover

iniciativas integradas que dialoguem com todos os públicos. Assim, o FIDA, e as demais agências comprometidas com a cooperação internacional, buscam não somente apoiar o desenvolvimento das minorias, mas, principalmente, desenvolver estratégias de governança para que estes consigam propor e participar do processo de construção do seu próprio desenvolvimento, e conseqüentemente apoiar as demais unidades do sul político, nas vias da Cooperação Sul-Sul a irem na mesma direção. Como resultado do PSVA, muitas das cooperativas e associações beneficiadas são convidadas a inserir a mulher no processo decisório, com vistas a torná-las coparticipes do desenvolvimento.

No Projeto Viva o Semiárido é possível destacar como exemplo a Associação de Criadores de Ovinos e Caprinos de Betânia do Piauí (ASCOBETÂNIA), a qual dentre as associações, cooperativas e comunidades contempladas pelo programa, preocupa-se em apresentar o número de mulheres que são beneficiadas pelo projeto. Visível é o desafio que se é enfrentado pelas mulheres para ocupar ainda os espaços, pois, segundo dados de 2017, dentre os 136 sócios da ASCOBETÂNIA, 115 são homens, 09 mulheres e 12 jovens. Os esforços estão sendo feitos para facilitar a inserção, porém o rompimento das estruturas culturais e sociais que as relegam a um lugar secundário ainda são bastante presentes. Desta forma, no que tange ao processo de construção de capacidades nas vias da cooperação internacional existe, também, implicitamente o rompimento de paradigmas sobre o desenvolvimento a partir da compreensão de que os atores que buscam o benefício devem guiar o seu próprio desenvolvimento, e então, promover a difusão das boas práticas para Estados que compartilham de problemáticas similares. A similitude dessas problemáticas, em grande medida são derivadas dos processos históricos de espoliação colonial, e manutenção das estruturas e disparidades sociais que ainda se fazem presentes em muitos países do sul. Dessa forma, mediante a uma já existente relação histórica de subalternidade, principalmente nos casos dos países lusófonos, o Brasil se utiliza da similaridade nas estruturas de colonialidade como fator de condução da sua política de Cooperação Sul-Sul no século XXI.

Como dito anteriormente, compreende-se por Cooperação Sul-Sul o processo de compartilhamento de conhecimentos, técnicas, tecnologia, habilidades e recursos entre países em desenvolvimento. A cooperação triangular, por sua vez, se constitui como a inserção de Estados desenvolvidos ou agências multilaterais na condução de uma Cooperação Sul-Sul. O

Brasil, a partir de 2003, incrementa seu diálogo com os países em desenvolvimento, e esses arranjos foram fundamentais para alavancar suas estratégias de fomento às parcerias entre países emergentes. Nota-se a formação do IBAS - Índia, Brasil e África do Sul - no mesmo ano com um caráter de fortalecimento da democracia, e cooperação internacional em diferentes setores junto às organizações multilaterais. E posteriormente, em 2006 a criação do BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, de natureza mais econômica e política, no sentido de equilibrar o sistema político e a balança de poder entre os Estados. Essa grande estratégia de integração foi fruto de uma tendência adotada pelo governo brasileiro de explorar o potencial de liderança do país em um contexto de alta multipolaridade internacional. E esse mesmo contexto fez com que o Brasil se aproximasse ainda mais à África para estabelecer parcerias e iniciativas de cooperação sul-sul. A primeira iniciativa formal institucionalizada seu deu em 1996 com a criação da CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa - com vistas à difusão do idioma, mas também uma plataforma aberta para suporte mútuo e solidariedade entre seus membros, principalmente no âmbito da saúde e prevenção ao HIV. Dentre seus membros estão, segundo dados do Itamaraty (2018): Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

O processo de difusão da Cooperação Triangular e Sul-Sul brasileira sempre esteve institucionalmente vinculado ao Itamaraty através da ABC - Associação Brasileira de Cooperação -, para que a política externa autônoma e com vistas à expansão do poder de influência e soft power do país pudesse ser transmitida para os países parceiros. Em muitos casos de apoio à cooperação internacional, o Brasil preferencialmente adotava a abordagem multilateral, ou triangular, em alinhamento às diretrizes apresentadas pelas Nações Unidas (FREITAS; CERUQUEIRA, 2014). No que tange à Cooperação Sul-Sul com os países africanos, o Brasil se utilizava, principalmente nos anos em que teve o embaixador Celso Amorim à frente do Ministério das Relações Exteriores, da diplomacia presidencial e ampla atuação dos órgãos governamentais para estreitar as relações entre os Estados. Segundo Enara Echart Muñoz e Tássia Camila de Oliveira Carvalho (2016):

Aumentaram as viagens oficiais à região [África] (o Presidente Lula visitou o continente em 34 ocasiões, enquanto Fernando Henrique Cardoso foi apenas quatro vezes) e se abriram novas embaixadas (tornando-se o Brasil, com 38 embaixadas, o quarto país com maior presença diplomática no continente) (MUNOZ; CARVALHO, p. 1, 2016).

Porém, o Brasil durante o governo Lula seguiu duas vertentes de atuação no que tange à agricultura. Ao mesmo tempo que fortaleceu em grande medida o processo de desenvolvimento rural e criou programas de concessão de crédito e garantias ao pequeno produtor. Também caminhou no sentido contrário, fortalecendo o agribusiness e o fomentando a produção latifundiária de commodities agrícolas. O avanço da agenda do agribusiness esteve bastante presente na economia brasileira, e foi um dos fatores que nortearam a ação governamental do Estado através de sua política externa sobre a África. A Cooperação Sul-Sul, nesse sentido, caminhou para promover a internacionalização de grandes empresas exportadoras de commodities agrícolas. Segundo Enara Echart e Tássia Camila (2016), autoras que tratam com consistência essa característica de transnacionalização de companhias brasileiras: "dentre as dez empresas mais transnacionalizadas, encontra-se três dedicadas ao setor alimentar (JBS-Friboi, Marfrig Alimentos e Minerva Foods)". Esse comportamento político do país frente a uma proposta de solidariedade e suporte mútuo acaba por esbarrar em ações muito mais centradas nas dinâmicas do mercado, que necessariamente no processo de emancipação e criação de capacidades.

Partindo do pressuposto neoliberal, o Estado, nesse contexto, não só age no sentido de facilitar as dinâmicas do mercado em seu próprio território nacional, mas também, promove nas vias de uma iniciativa de desenvolvimento (neste caso através da Cooperação Sul-Sul), a transnacionalização de modelos que não estimulam o desenvolvimento dos locais, pela própria natureza de fragmentação que o agribusiness provoca nos ambientes que se instala. A contradição da ação governamental brasileira na Cooperação Sul-Sul, também reside na exportação para países africanos de alguns programas sociais, ainda que a vertente da expansão dos negócios tenha uma dimensão mais determinante, principalmente no que concerne à cooperação do Brasil com países como Moçambique e Gana.

As iniciativas agrícolas brasileiras tanto em Moçambique, como em Gana, são estruturadas em torno da proteção social, transferência de tecnologia e exportação de produtos agrícolas brasileiros. Elas envolvem transferências bilaterais associadas à exportação de maquinário brasileiro e programas trilaterais com doadores ocidentais associados à transferência de tecnologia, que é frequentemente articulada dentro de uma estrutura de CSS [Cooperação Sul-Sul]. Em março de 2015, o Brasil e Moçambique assinaram um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) com o objetivo de "fortalecer a

internacionalização das empresas brasileiras, dando aos investidores maior segurança". Isso indica o compromisso do governo brasileiro de apoiar o investimento do setor privado brasileiro em Moçambique (AMANOR; CHICAVA, p. 20, 2016).¹⁰

Porém, fora do âmbito formal e governamental, os casos de sucesso no que tange à promoção do desenvolvimento da agricultura, segurança alimentar e fortalecimento da economia das comunidades locais tornam-se bons exemplos de práticas replicáveis para países do sul. Um dos benefícios que a abordagem de autonomia territorial traz, reside na capacidade das unidades subnacionais e locais em avançarem nas agendas de compartilhamento de habilidades e construção de capacidades, sem inserir o governo federal no processo de tomada de decisão. Nesse âmbito as agências multilaterais podem prestar um importante papel de canalização das boas práticas e diálogo entre as unidades locais dos diferentes Estados para replicação dos ganhos em países com contextos similares. O IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - é um exemplo de organização internacional que passou a dialogar progressivamente com a Cooperação Sul-Sul e triangular. Inicialmente tratava-se de uma organização de caráter técnico, com vistas à promover uma melhor gestão da produção agrícola com ênfase no processo de exportação e comércio de alimentos, mas que no século XXI se coloca como plataforma de execução e implementação de programas de agências multilaterais de fomento.

A partir da parceria entre o FIDA e o IICA surge o programa SEMEAR Internacional, que, no âmbito do desenvolvimento agrícola e segurança alimentar, preocupa-se prioritariamente em identificar e facilitar a troca de experiências e boas práticas junto aos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil, partindo do contexto de vida do semiárido nordestino. Espera-se gerar o compartilhamento de conhecimento entre as regiões da África e América do Sul que vivenciam problemáticas similares às enfrentadas na região semiárida, que se encontra presente também em outros países. Assim, aliado à concessão de autonomia dos territórios, percebe-se uma

¹⁵ Brazilian agricultural initiatives in Mozambique, as in Ghana, are structured around social protection, technology transfer and export of Brazilian agribusiness products. They involve both bilateral transfers associated with export of Brazilian machinery and trilateral programs with western donors associated with technology transfer, which is often articulated within a framework of SSC [South-South Cooperation]. In March 2015, Brazil and Mozambique signed a Cooperation and Investment Facilitation Agreement (ACFI) with the aim of "strengthening the internationalization of Brazilian companies by giving investors greater security". This indicates the commitment of the Brazilian government to support Brazilian private sector investment in Mozambique.

facilitação de diálogo entre organizações internacionais com vistas ao alcance efetivo do desenvolvimento. Como tendência da Cooperação Sul-Sul, nota-se a necessidade de estabelecer maiores diálogos entre as localidades, nacional e internacionalmente, para que de forma direta consigam juntas estabelecer redes de compartilhamento de boas práticas. Essa tendência, seguida pelo Programa Semear Internacional é revelada no último documento das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular de 2016, *Framework of operational guidelines on United Nations support to South-South and triangular cooperation*, que apresenta os papéis a serem desempenhados pelas organizações que lidam com Cooperação Sul-Sul e Triangular. Dentre eles: o de convocação e advocação, para facilitar o encontro das partes; *broker knowledge*, como facilitador do conhecimento e divulgador das boas práticas; construtor de parcerias, através da criação de concertos que facilitem o desenvolvimento de relações entre os atores envolvidos; e, por fim, monitor e analista do progresso após o encaminhamento das iniciativas de cooperação (ONU, 2016).

Principalmente entre atores como o Brasil e os países africanos, a utilização de ferramentas de desenvolvimento como a Cooperação Sul-Sul pode nutrir um alto nível de interdependência, mas com isso também gerar ainda mais vulnerabilidades para os receptores, caso o encaminhamento da cooperação não tenham como finalidade o desenvolvimento. No mesmo documento, explicita-se a necessidade de fomentar parceria entre iguais, não estabelecer condicionalidade no processo cooperativo, facilitar o alcance de benefício mútuos e, nesse contexto, fortalecer a abertura à abordagem multi-stakeholder que integra os diversos atores no desenvolvimento de projetos e ações de cooperação (ONU, 2016). Essas diretrizes já haviam sido apresentadas no documento de Nairobi (2010), mas ainda compõem com muita atualidade o que se espera em termos de desenvolvimento até 2030.

Em face às transformações políticas e institucionais que tomam corpo a partir da virada para o século XXI, a cooperação sul-sul e triangular, hoje, alcançou um nível *sui generis* de amadurecimento a partir da concepção de que o desenvolvimento não é fruto de processos descontextualizados da realidade, dos povos, dos atores e das condicionantes ambientais quais estes são apresentados. Cabe, sobretudo perceber o aprofundamento da abordagem territorial como tendência marcante que tem como principal finalidade fortalecer as ideais de governança, principalmente no contexto de existência de minorias sociais. Processo esse que para alcançar

um maior nível de efetividade passa necessariamente pela consideração da agenda da agricultura e desenvolvimento rural como elementos fundamentais para promover melhores condições de vida e trabalho, e, por conseguinte, contribuir para a emancipação do Sul frente às estruturas históricas de subdesenvolvimento.

3 CONCLUSÃO

O desenvolvimento da agenda de Cooperação Sul-Sul deriva-se do amadurecimento e da consolidação dos países do sul. Progressivamente, a partir de 1955, com a Conferência de Bandung, os padrões de cooperação se alteraram variando de uma esfera mais centrada do Estado, até a década 70, e posteriormente uma tendência à incorporação da iniciativa privada a partir da década de 90. Esses movimentos se fizeram representar nos principais documentos e resoluções das Nações Unidas sobre o tema, que ainda hoje, ditam as diretrizes de ação de suas agências multilaterais, fundos, programas e conferências.

No âmbito das Nações Unidas, o BAPA (1978) foi um documento primordial para nortear o que se compreende como Cooperação Sul-Sul, e as características que dele derivam. Apresentado a ideia de que os países do sul político devem se alinhar para alcançar a reversão dos níveis de subdesenvolvimento através do compartilhamento de habilidades, construção de capacidades, destinação de recursos e tecnologia. Desta forma, é possível criar uma rede entre esses países com vistas à facilitação do diálogo e solidariedade internacionais. No âmbito do BAPA, surgem as temáticas da agricultura e desenvolvimento rural, acompanhados da segurança alimentar, como tópico fundamental a ser inserido como ponto importante para ser trabalhado nos processos de cooperação, sendo que, a partir de 1990, as agências especializadas que lidam com esta esfera começaram a participar mais ativamente no chamado TCDC (Technical Cooperation Among Developing Countries).

Como fruto do aumento das interações entre Estado e iniciativa privada, bem como o surgimento de novos atores como as ONGs, insere-se nos processos de cooperação sul-sul a chamada abordagem multi-stakeholder, que como tendência eleva o nível de autonomia dos atores para dialogarem e juntos proporem especificamente iniciativas de desenvolvimento contextualizadas aos diferentes locais. Locais esses, que a partir do século XXI passam a ser valorizados, transformando as estratégias nacionais, em processos locais de desenvolvimento,

partindo-se da premissa de que os atores locais, com ênfase nas minorias, devem participar ativamente do processo de desenvolvimento a partir da verificação de suas próprias demandas.

O Brasil caminhou em alinhamento às diretrizes de territorialização, inicialmente com o programa Territórios Rurais (2003) e posteriormente Territórios da Cidadania, que visavam atingir principalmente as comunidades rurais, em busca da interiorização do desenvolvimento do país. Mas, na mesma medida, o Brasil não foi muito consistente no que tange ao fortalecimento da agricultura nas vias da cooperação internacional sul-sul. A preferência dos países africanos como locus prioritário da coordenação governamental sobre cooperação fez com que o sentido da criação de capacidade fosse desviado, com o principal interesse de expansão dos mercados e da fronteira agrícola transnacional para produção de commodities.

Porém, percebe-se que como fruto do processo de autonomização dos atores, o Estado deixa de influir diretamente na construção das parcerias e coordenação do diálogo entre as unidades do sul. E assim, as agências multilaterais prestam um importante papel de facilitar, coordenar o diálogo e monitorar a evolução da cooperação, no visando de promover efetividade no compartilhamento de conhecimento, tecnologias, boas práticas com a intuito de fomentar a construção de capacidades.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Francisco Paulo. **GUERRA EM ANGOLA AS HERANÇAS DA LUTA DE LIBERTAÇÃO E A GUERRA CIVIL**. Lisboa: [s.n.], 2011. 78 p. Recuperado el 6 de junio del 2018 de: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20_em_Angola.pdf>.

AMANOR, Kojo S.; CHICHAVA, Sérgio. **South-South Cooperation, Agribusiness, and African Agricultural Development: Brazil and China in Ghana and Mozambique**. [S.l.]: Elsevier, 2016. 11 p. Recuperado el 16 de junio del 2018 de: <https://ac.els-cdn.com/S0305750X1530320X/1-s2.0-S0305750X1530320X-main.pdf?_tid=879abdb5-6874-4166-a583-881dde92f1a3&acdnat=1532394634_8583fb2f85df05f413b212930f1d0451>.

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: UNESP, 2002. 301 p.

BONNAL, Jean et al. **EL DESAROLLO TERRITORIAL PARTICIPATIVO Y NEGOCIADO (DTPN): LA FACILITACIÓN PARA LA GOBERNANZA TERRITORIAL**. [S.l.: s.n.], 2013. 71 p. Recuperado el 10 de junio del 2018 de: <<http://www.fao.org/docrep/019/mi207s/mi207s.pdf>>.

BRIEGER, Pedro. **De la Década Perdida a la Década del Mito Neoliberal**. [S.l.: s.n.], [2005-?]. 54 p.

DANTAS, Rafaela Maximiano; COSTA, Micheli Pereira. **TERRITÓRIOS RURAIS NO BRASIL E SUAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO**. Alfenas, MG: [s.n.], 2014. 10 p. Recuperado el 19 de mayo del 2018 de: <http://www.unifal-mg.edu.br/simggeo/system/files/anexos/Rafaela%20Maximiano%20Dantas_0.pdf>.

FERRANTI, David et al. **Beyond the City: The Rural Contribution to Development**. Washington D.C: THE WORLD BANK, 2005. 264 p. Recuperado el 16 de junio del 2018 de: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/7328/32333.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

FLORES, Cintya Dantas. **TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE NA BAHIA:** Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente frente à Dinâmica Territorial. 2014. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2014. Recuperado el 19 de mayo del 2018 de:
<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19347/1/Territ%C3%B3rios%20de%20identidade%20na%20Bahia%20-%20Cintya%20Flores%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>>.

FURTADO, Celso. **A Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 238 p. Recuperado el 30 de abril del 2018 de:
<<http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Furtado,%20Celso/Celso%20Furtado%20-%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Econ%C3%B4mica%20do%20Brasil.pdf>>.

LINDGREN ALVES, José Augusto. **Relações Internacionais e Temas Sociais: A Década das Conferências**. Brasília: FUNAG, 2001. 430 p.

MIRANDA, Ary Carvalho et al. **Neoliberalismo, Uso de Agrotóxicos e a Crise da Soberania Alimentar no Brasil**. [S.l.: s.n.], 2005. 8 p. Recuperado el 28 de abril del 2018 de:
<<https://www.scielo.org/pdf/csc/2007.v12n1/7-14/pt>>.

NETO, Aristides Monteiro. **DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS E TENDÊNCIAS RECENTES**. São Paulo: IPEA, 2004. 7 p. Recuperado el 9 de junio del 2018 de:
<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5582/1/BRU_n09_desigualdades.pdf>.

ONU. **New Directions for Technical Cooperation Among Developing Countries**. Nova Iorque: [s.n.], 1995. 31 p. Recuperado el 14 de abril del 2018 de:
<<https://www.unsouthsouth.org/library/policy-documents/>>.

_____. **Revised Guidelines for the Review of Policies and Procedures Concerning Technical Cooperation Among Developing Countries**. Nova Iorque: [s.n.], 2003. 19 p. Recuperado el 21 de abril del 2018 de:
<<https://www.unsouthsouth.org/library/policy-documents/>>.

_____. **Nairobi outcome document of the High-level United Nations Conference on South-South Cooperation.** Nairobi: [s.n.], 2010. 7 p. Recuperado el 5 de mayo del 2018 de: <<https://www.unsouthsouth.org/library/policy-documents/>>.

_____. **Framework of operational guidelines on United Nations support to South-South and triangular cooperation.** Nova Iorque: [s.n.], 2016. 37 p. Recuperado el 12 de mayo del 2018 de: <<https://www.unsouthsouth.org/library/policy-documents/>>.

_____. **Repositioning the UN development system to deliver on the 2030 Agenda** -: Ensuring a Better Future for All. [S.l.: s.n.], 2017. 24 p. Recuperado el 19 de mayo del 2018 de: <<https://www.unsouthsouth.org/library/policy-documents/>>.

PEREIRA, José Matias. **POLÍTICAS NEOLIBERAIS, DESEQUILÍBRIO MACROECONÔMICO E GOVERNABILIDADE: OS CASOS DO BRASIL E ARGENTINA.** 2004. 27 p. Tese (Doutorado em Ciência Política)- Universidade Complutense de Madri, São Paulo, 2003. Recuperado el 6 de junio del 2018 de: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1007/1/ARTIGO_Politicaneoliberais.pdf>.

PERCH, Leisa et al. **Poverty in Focus: The Role of South-South Cooperation in Inclusive and Sustainable Agricultural Development.** Brasília: [s.n.], [2013-?]. 44 p. Recuperado el 28 de abril del 2018 de: <<http://www.ipc-undp.org/pub/IPCPovertyInFocus24.pdf>>.

RITTER, Carlos. REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS SOBRE OS “TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE”. Curitiba: [s.n.], 2011. 15 p. Recuperado el 16 de junio del 2018 de: <<https://revistas.ufrpr.br/geografar/article/viewFile/21805/14197>>.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A Globalização e as Ciências Sociais.** 2ª edição. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002. 287 p. Recuperado el 14 de abril del 2018 de: <<http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/boaventura/globalizacaoeciencias.pdf>>.

SANTOS, Gilmar Ribeiro; PALES, Raíssa Cota; RODRIGUES, Sílvia Gomes. **DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL: 1991-2010.** [S.l.: s.n.], 2014. 29 p. Recuperado el 9 de junio del 2018 de: <<http://www.interscienceplace.org/isp/index.php/isp/article/viewFile/304/301>>.

SARAIVA, José Flavio Sombra. Dois gigantes e um condomínio: da guerra fria à coexistência pacífica (1947 - 1968). In: SARAIVA, José Flavio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007. cap. 6, p. 197-249. v. 1.

SILVA, Karine de Souza; COSTA, Rogério Santos da. Organizações Internacionais de Integração Regional: União Europeia, Mercosul e UNASUL. Florianópolis: Editoria UFSC, 2013. 306 p.

UNDP. **The Buenos Aires Plan of Action**. Nova Iorque: [s.n.], 1978. 35 p. Recuperado el 21 de abril del 2018 de: <<https://www.unsouthsouth.org/library/policy-documents/>>.